



À espera do Orçamento



**António
Domingues
Azevedo**

Bastonário
da Ordem dos
Técnicos Oficiais
de Contas

Faltam poucos dias para um acontecimento que vai dominar a atenção dos portugueses até praticamente o final do ano: a apresentação do Orçamento do Estado para 2015. Este com a particularidade de ser adotado para um ano eleitoral, em que se decidirá o governo para a próxima legislatura. Independentemente de todas as novidades e implicações que possam surgir neste aguardado documento, o foco incidirá em

cheio sobre as medidas que o executivo vai implementar em matéria de flexibilização da carga fiscal, após mais de três anos de um verdadeiro tsunami tributário, que esmagou a classe média e em especial os rendimentos sobre o trabalho.

A redução da sobretaxa foi uma das propostas avançada pela comissão de reforma(?) do IRS. Veremos qual é a orientação que o governo vai seguir. A proximidade do ato eleitoral será, certamente, uma tentação para reduzir os impostos sobre os portugueses, “seduzindo-os” em vésperas de uma ida às urnas. Sejamos claros, sem rodeios: qualquer descida de impostos é positiva, desde que parta de uma estratégia sustentada em termos fiscais. Contudo, não é isso que se observa. O sistema fiscal é demasiado importante e vital para ser usado unicamente como arma política e eleitoralista, sem perspetiva de futuro e continuidade.

Os valores superlativos da equidade, transparência, simplicidade e, acima de tudo, da estabili-

dade, deviam presidir a qualquer decisão política sobre os impostos. Mas, na verdade, o que se vê é que em vez de políticas integradas, prefere aplicar-se medidas avulsas, ao sabor do voraz apetite do Estado em arrecadar receitas fiscais.

Como atrás referimos a apresentação do OE 2015 vai absorver grande parte da informação do dia a dia nos próximos tempos, relegando para um plano secundário matérias de grande relevância. Temo que o exigível e necessário debate sobre a credibilidade da informação financeira seja adiado sine die, para goáudio de algumas forças que teimam em resistir à sua discussão. Os escândalos que rodearam os casos BPN e BES deviam fazer refletir todos, sem exceção, não devendo cair em saco roto. É sabido que a memória das pessoas é curta, por isso, mais uma razão para lançar o debate sobre a necessidade de travar a informação manipulada e deturpada. Se nada for feito, os casos vão ter, mais tarde ou mais cedo, as suas réplicas.

O sistema de informação económica e financeira tem de relatar fielmente o estado de qualquer instituição, seja ela afeta ao setor público ou privado. Se assim não for, estamos a onerar as futuras gerações para um fardo para o qual em nada contribuíram. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.

O sistema de informação económica e financeira tem de relatar fielmente o estado de qualquer instituição, seja ela afeta ao setor público ou privado.